

Falta de quórum adia aprovação de MPs

Maioria dos deputados e senadores está fora de Brasília, engajada na campanha eleitoral, e as 32 medidas provisórias, inclusive a que regulamenta o real, deverão ser reeditadas

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Um conjunto de 32 medidas provisórias editadas pelo presidente da República nos últimos 30 dias aguarda a presença de parlamentares para ser votado no Congresso Nacional. Entre as medidas, estão algumas urgentes, como a das mensalidades escolares — que deverá ser reeditada — e a do Plano Real. E outras não menos importantes, como a das dívidas da Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer), a da operação tapa-buracos das estradas federais e a que reestrutura o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Sem perspectiva da presença em Brasília de deputados e senadores neste mês que antecede a eleição de 3 de outubro, o Poder Executivo deverá reeditar todas as medidas provisórias que tramitam no Congresso. Desde junho, tem sido esse o expediente adotado. O Executivo vê-se na obrigação de só tomar decisões por intermédio das MPs, pois o Congresso encontra-se em recesso branco. Na segunda-feira, ao votar pela constitucionalidade da medida provisória das mensalidades escolares, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Paulo Brössard, criticou o Congresso

so por omissão. O STF julgou a MP constitucional por duas vezes seguidas sem que o Congresso se manifestasse.

O Senado conseguiu fazer uma curta sessão na terça-feira, aproveitando a presença de seis senadores: Ronaldo Aragão (PMDB-RO), Maurício Corrêa (PSDB-DF), Josaphat Marinho (PFL-BA), Moisés Abrão (PPR-TG), Meira Filho (PFL-DF) e Gilberto Miranda (PMDB-AM). Este último subiu à tribuna para criticar o Executivo por "abuso" na edição de Medidas Provisórias. Foi apoiado pelo senador Josaphat Marinho que, desde 1991, tenta sem sucesso fazer com que o projeto que regulamenta a edição de medidas provisórias pelo Executivo seja votado.

"As lideranças partidárias jamais decidirão pela urgência de projetos como este que regulamenta a edição de medidas provisórias", afirmou Gilberto Miranda. E continuou: "Os caciques políticos só darão urgência urgentíssima para a votação de projetos que impliquem na aprovação de créditos de

milhões de dólares para os Estados". Miranda acusou o presidente Itamar Franco de menosprezo ao Congresso, por se "recusar" a debater o mérito das medidas provisórias com o Senado e com a Câmara.

O governo foi defendido pelo senador Maurício Corrêa, ex-ministro da Justiça de Itamar Franco. Corrêa afirmou que o presidente seria um "insensato" se não editasse as medidas provisórias. "O presidente da República deveria esperar que o Congresso tivesse a boa vontade de se reunir?" indagou ele. O senador citou o exemplo da MP das mensalidades escolares: "Mesmo neste confronto com as escolas, o governo deveria aguardar pelo Congresso?"

Nenhum dos seis senadores que apareceram na terça ao Congresso disputa a reeleição. Maurício Corrêa e Meira Filho desistiram da carreira política porque ficaram

sem legenda em Brasília. Moisés Abrão vai voltar para as atividades particulares, de empresário do setor de armazenamento de grãos; Ronaldo Aragão, que escapou da cassação por suspeita de envolvimento em irregularidades na Comissão de Orçamento, desistiu da reeleição por sentir-se desgastado. Por fim, Gilberto Miranda e Josaphat Marinho têm mais quatro anos de mandato.

MINISTRO
DO STF CRITICA
PARLAMENTARES
POR OMISSÃO